

# Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Empresa da Organização Bradesco  
 CNPJ nº 74.552.142/0001-06  
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Praia - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada Cartões), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, a Alvorada Cartões registrou Lucro Líquido de R\$ 145.967 milhões, correspondente a R\$ 29,14 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 4.935 bilhões e Ativos Totais de R\$ 5.142 bilhões.

Osasco, SP, 13 de agosto de 2012.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			
	2012	2011	
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>	4.406.301	4.286.081	<b>CIRCULANTE</b>
RESPONSABILIDADES (Nota 4)	10	10	OUTRAS OBRIGAÇÕES
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	4.268.732	4.093.727	Sociais e Estatutárias
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.268.732	4.093.727	Físicas e Previdenciárias (Nota 11a)
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	97.858	106.718	Diversas (Nota 10)
Carteira Própria	57.880	82.850	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
Vinculados a Prestação de Garantias	39.978	23.903	OUTRAS OBRIGAÇÕES
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	729	26	Físicas e Previdenciárias (Nota 11a)
Relações Internas de Recursos	729	26	Diversas (Nota 10)
<b>OUTROS CREDITOS</b>	38.755	85.463	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Rendas a Receber (Nota 7a)	18.851	22.705	- De Domiciliados no País (Nota 12a)
Diversos (Nota 7b)	220	62.716	- Reservas de Lucros (Nota 12b)
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	220	142	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Outros Valores e Bens	282	328	3.044.000
Provisões para Desvalorizações	(62)	(186)	1.877.945
			13.385
			9.935
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	444.746	492.633	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	444.746	492.633	
Moeda de Privatização	59.430	62.924	
OUTROS CREDITOS	387.316	429.709	
Rendas a Receber (Nota 7a)	1.906		
Diversos (Nota 7b)	385.410	429.709	
<b>PERMANENTE</b>	290.838	253.946	
INVESTIMENTOS (Nota 8)	216.053	209.062	
Participações em Coligadas e Controladas:			
- No País	217.719	207.779	
- Outros Investimentos	3.174	4.123	
Provisões para Perdas	(2.840)	(2.840)	
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)</b>	72.785	44.884	
Imóvel de Uso	119.873	90.270	
Depreciações Acumuladas	(47.088)	(45.386)	
<b>TOTAL</b>	5.141.885	5.032.660	<b>TOTAL</b>
			5.141.885
			5.032.660

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	197.984	225.246
Operações de Crédito	1.089	682
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	196.895	224.564
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	197.984	225.246
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	3.574	4.153
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(28)	(102)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(2.413)	(2.124)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(9.577)	(14.126)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	10.358	10.358
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	8.301	151.133
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(3.066)	(152.420)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	201.559	223.683
Aumento/(Redução) em Outras Oportunidades	35.251	6.307
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	236.820	227.949
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21)</b>	(90.853)	(84.136)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	145.967	143.713
Número de ações (Nota 12a)	5.009.948.649	5.009.948.649
Lucro por lote de mil ações em R\$	29,14	28,69

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes dos Impostos	236.820	227.949
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(30.709)	(30.709)
Depreciações	851	851
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(10.358)	(10.358)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	8.390	145.301
Gainho/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	20	122
Outros	(28.023)	16
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	206.120	358.063
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(187.050)	(135.464)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	67.371	(23.256)
Redução/(Aumento) em Relações Interdependências	(703)	(546)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(67.210)	(155.307)
Aumento/(Redução) em Outras Oportunidades	(23.116)	6.307
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(50.952)	(50.952)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais</b>	(4.588)	(1.155)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	1.598	1.222
Alienação de Bens não de Uso Próprio	-	-
Alienação de Investimentos	-	(175)
Aquisição de Investimentos	(6)	-
Dívidas e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	3.002	38
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	4.594	1.148
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	6	(7)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	10	17
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	16	10
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	6	(7)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias	Próprias	Coligadas e Controladas			
<b>Eventos</b>								
Saldos em 31.12.2010	3.044.000	83.050	1.361.681	10.017	-	-	-	4.498.748
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(82)	-	-	-	(82)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	143.713
Destinações - Reservas	-	7.186	135.162	-	-	-	-	(142.348)
- Dívidas de Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.365)
<b>Saldos em 30.6.2012</b>	3.044.000	90.236	1.496.843	9.935	-	-	-	4.641.014
Saldos em 31.12.2011	3.044.000	107.481	1.625.884	7.762	(1.184)	-	-	4.783.943
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(276)	7.083	-	-	6.807
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	145.967
Destinações - Reservas	-	7.298	137.282	-	-	-	-	(144.580)
- Dívidas de Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.387)
<b>Saldos em 30.6.2012</b>	3.044.000	114.779	1.763.166	7.486	5.899	-	-	4.935.300

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2012		2011	
	em %	%	em %	%
<b>1 - RECEITAS</b>	238.480	96,7	228.125	94,2
1.1 Intermediação Financeira	197.984	80,3	225.246	93,0
1.2 Outras	40.496	16,4	2.879	1,2
<b>2 - INDIÚMIOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(1.562)	(0,6)	(1.273)	(0,5)
Serviços Técnicos Especializados	(1.187)	(0,5)	(727)	(0,3)
Serviços de Terceiros	(77)	(0,03)	(122)	(0,05)
Serviços do Sistema Financeiro	(126)	(0,1)	(242)	(0,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(123)	(0,05)	(145)	(0,06)
Outras	(49)	(0,02)	(37)	(0,01)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	236.918	96,1	226.852	93,6
<b>4 - DEPRECAÇÕES</b>	(851)	(0,3)	(851)	(0,3)
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	236.067	95,8	226.001	93,3
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	18.358	4,2	16.076	6,7
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10.358	4,2	16.076	6,7
<b>7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)</b>	246.425	100,0	242.077	100,0
<b>8 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO</b>	246.425	100,0	242.077	100,0
8.1 Pessoal	28	0,01	102	0,04
- Outros Encargos	28	0,01	102	0,04
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	100.430	40,8	98.262	40,6
- Federais	100.400	40,8	98.262	40,6
- Municipais	30	0,01	-	-
8.3 Remuneração de Capitais Próprios	145.967	59,2	143.713	59,4
- Dividendos	1.387	0,5	1.385	0,5
- Lucros Retidos	144.580	58,7	142.348	58,8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) **CONTEXTO OPERACIONAL**  
 A Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada Cartões), tem como objetivo as operações de concessão de créditos e financiamentos de bens e serviços, financiamentos de capital de giro e administração de recursos de terceiros, bem como a emissão, a administração de cartões de crédito, próprios e de terceiros, a cobrança de faturas e o financiamento aos clientes, podendo ainda participar no capital social de outras empresas. A Alvorada Cartões é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.830/07 e 11.841/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 13 de agosto de 2012.

3) **PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**  
**a) Moeda funcional e de apresentação**  
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.  
**b) Aparado de resultado**  
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas de câmbio são registradas pelo valor estimado. O valor justo gerencialmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preço de mercado para ativos ou passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial.  
**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seu capital de giro.  
**d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
 As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.  
**e) Títulos e valores mobiliários - Classificação**  
 Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.  
 Títulos disponíveis para venda - são enquadrados como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização, e Títulos mantidos até o vencimento - são enquadrados como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Não há títulos classificados nesta categoria. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial e no resultado do período. O valor justo gerencialmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preço de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, metodologias de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento significativo por parte da Administração.  
**f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e é provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e registrada na rubrica "Outras Oportunidades - Físicas e Previdenciárias".  
 Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídas. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.  
 A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.  
 A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresa do segmento financeiro.  
 Foram constituídas provisões para as despesas tributárias e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.  
 De acordo com a Lei nº 11.841/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.838/07 e pelas artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeito para fins de apuração do lucro líquido, devendo ser considerado, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.  
**g) Investimentos**  
 Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.  
 Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.  
**h) Imobilizado**  
 Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os bens, benefícios e controles dos bens para a entidade.  
 É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo depreciado de ano em ano - edifícios - 4% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.  
**i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**  
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment) e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.  
 Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.  
**j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 5.202/09 do CMN, sendo:  
 - Ativos Contingentes: não reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com cumprimento certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 19).

Provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
 - Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 10); e  
 - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que independem da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 10).  
**k) Outros ativos e passivos**  
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base de custo) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia).  
**l) Eventos subsequentes**  
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.  
 São compostos por:  
 - Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e  
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.  
 Não houve qualquer evento subsequente para essas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2012.

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	16	10
Total	16	10

### APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 180 dias	2012	2011	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.268.732	4.268.732	4.093.727	
Total em 2012	4.268.732	4.268.732	4.093.727	
Total em 2011		4.093.727	4.093.727	

### Resultados de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
R		

Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.552.142/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



7) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Dividendos, Outros, Total.

b) Diversos

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Pagamentos a ressarcir, Impostos e contribuições a compensar, Créditos tributários e impostos e contribuições (Nota 21c), Depósitos em garantia de recursos fiscais, Depósitos em garantia - outros, Depósitos em garantia de recursos trabalhistas, Outros, Total.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em conta de resultado, sob a rubrica de Resultado de participações em coligadas e controladas.

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: BEC - DITM Ltda, Serel Participações S.A., Catoqueiras Holdings Ltda, Tapajós Holdings Ltda (1), Casel Holdings Ltda, Maracá Holdings Ltda, Tecnologia Bancária S.A. (2), Total Geral.

- (1) Investimento utilizado para aquisição de participação no capital social na Empresa Tapajós Holdings Ltda, em 23 de dezembro de 2011, pelo valor de custo.
(2) Investimento na Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN - não avaliado pelo método de equivalência patrimonial em decorrência das alterações estabelecidas pela Resolução nº 3.819 do CMN.

b) Composição de outros investimentos

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Aplicações por incentivos fiscais, Outros investimentos, Títulos patrimoniais, Subtotal, Provisão para perdas em aplicações por incentivos fiscais, Provisão para perdas em outros investimentos, Subtotal, Total.

9) ATIVO IMOBILIZADO

Table with columns: Taxa, Custo, Depreciação, 2012, 2011, Valor residual. Rows: Imóveis de uso, Terrenos, Edificações, Total em 2012, Total em 2011.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são propostas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

IV - Movimentação das Provisões Constituídas

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Saldo no início do 1º semestre de 2012, Atualização monetária, Constituição líquida de provisões, Saldo no final do 1º semestre de 2012 (Notas 11a e 11b), Saldo no final do 1º semestre de 2011 (Notas 11a e 11b).

(1) Compreende substancialmente obrigações legais.
c) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e legislativas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Provisões fiscais (Nota 10b), Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c), Impostos e contribuições sobre lucros a pagar, Impostos e contribuições a receber, Total.

b) Diversas

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Provisões cíveis (Nota 10b), Provisão para pagamentos a efetuar, Provisões trabalhistas (Nota 10b), Outros, Total.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.044.000 mil, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 5.009.948.649 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucro

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Reservas de Lucros, Reserva Legal (1), Reserva Estatutária (2), Total.

(1) Constituição obrigatória à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.
(2) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

As acionistas estão autorizadas a votar sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especiais, semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e podendo ainda autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

13) DESPESAS DE PESSOAL

Referem-se a processos de contratação em montante de R\$ 28 mil (2011 - R\$ 102 mil).

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Serviços técnicos especializados, Depreciação, Serviços de terceiros, Serviços do sistema financeiro, Propaganda e publicidade, Outros, Total.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Contribuição à COFINS, Contribuição ao PIS, Impostos e taxas, Total.

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Reversão de provisões operacionais, Créditos fiscais (1), Atualização de depósitos judiciais, Juros sobre o capital próprio/dividendos recebidos, Outros, Total.

(1) Em 2011, refere-se a receitas de impostos a compensar.

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Variação monetária sobre tributos, Indenizações cíveis, Doações, Outras (1), Total.

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Resultado na alienação de valores e bens, Receitas globais anuais de remuneração dos Administradores, Reversão de provisões não operacionais, Provisão para desvalorização de bens e investimentos, Total.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas coligadas e controladas estão assim representadas:

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Ativos (passivos), 2012, 2011, 2012, 2011, Recetas (despesas), Recetas (despesas). Rows include Banco Bradesco S.A., Aplicações em depósitos interfinanceiros, Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, Remuneração do pessoal-chave da Administração.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Assunção na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
- O montante global anual de remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Outros Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e estatutários, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, qualquer diretor ou administrador da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

20) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Alvorada Cartões (incorporadora do Banco BEC S.A.) patrona plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará - CABEC.
A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controladora da Companhia.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos, Despesas individuais líquidas de receitas não tributáveis, Outros valores.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Imposto de renda e contribuição social, Constituição, Realização, Saldo em 31.12.2011, Constituição, Realização, Saldo em 30.6.2012.

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho - R\$ mil. Rows: Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisões cíveis, Provisões fiscais, Provisões trabalhistas, Provisão para perda de títulos e investimentos, Provisão para desvalorização de bens imóveis, Ajuste a Valor de Mercado dos títulos para negociação, Outros, Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Créditos fiscais diferidos (Nota 11a), Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Table with columns: 2012, 2011, Em 30 de junho de 2012 - R\$ mil. Rows: Diferenças temporárias, Imposto de renda, Contribuição social, Total.

e) Obrigações fiscais diferidas

A provisão de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.
O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 57.127 mil (2011 - R\$ 135.229 mil) de diferenças temporárias.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos
A Alvorada de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.
As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e visando pelo fortalecimento da Instituição.
A Organização exercera o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando uniformidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.
A Alvorada CCFI, como parte integrante da Organização Bradesco, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.937/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa - Controlador - ISP1595430-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa e o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui



KPMG Auditores Independentes
CRC 289/14428/O-0

Zenro Nakasato
Controlador CRC ISP167690-0

José Cláudio Costa
Controlador CRC ISP167200-1